

## Anexo E - R\$ 78 milhões para divulgar mandatos (9/9/2013)

6

Política

ZERO HORA SEGUNDA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2013

politica@zerohora.com.br (51) 3218-4395

Editora: Dione Kuhn dione.kuhn@zerohora.com.br @dionekuhn

Editor Assistente: Leandro Fontoura leandro.fontoura@zerohora.com.br

FOCO NOS GASTOS



# R\$ 78 milhões para divulgar mandatos

A partir de hoje, ZH publicará semanalmente reportagens que mostram como os deputados federais gastam o dinheiro público. Nesta edição, destaque para as despesas com a divulgação do trabalho parlamentar na atual legislatura.

Brasília

GUILHERME MAZUI e RODRIGO SACCONI

Desde o começo da atual legislatura, em 2011, a Câmara dos Deputados gastou R\$ 78,1 milhões com despesas de divulgação dos mandatos dos parlamentares. É o principal gasto com verba indenizatória.

Com o valor, usado, por exemplo, para pagar panfletos e boletins informativos, seria possível erguer 1,9 mil habitações populares do programa Minha Casa Minha Vida ou construir 48,8 mil cisternas para ações de combate à seca.

Os gastos constam em levantamento feito por ZH, com base em dados fornecidos pelo Portal da Transparência da Câmara. A reportagem analisou os valores de reembolso de 574 deputados, entre titulares e suplentes das 27 unidades da federação, que tiveram despesas com divulgação nos últimos anos.

A verba de divulgação integra a cota para o exercício da atividade parlamentar, ajuda de custo mensal que a Câmara oferece a cada deputado para bancar gastos com locomoção, alimentação e passagens aéreas. O valor da cota varia conforme o Estado de origem do político, que, no caso do Rio Grande do Sul, é de R\$ 34.573,13 por parlamentar.

Em geral, os deputados usam a despesa de divulgação com agências de publicidade, gráficas e veículos de comunicação. O custeio de boletins informativos costuma sair deste reembolso, por exemplo. O levantamento de ZH mostra que em 2011, primeiro ano da atual legislatura, a Câmara desembolsou R\$ 28,564 milhões em divulgação, ressarcimento que subiu para R\$ 30,777 milhões em 2012, ano de campanha eleitoral para prefeitos e vereadores. Já em 2013, até agosto, o custo batia em R\$ 18,789 milhões.

Os valores são considerados altos pelo secretário-geral do Contas Abertas, Gil Castello Branco. Para ele, seria importante criar um teto para a despesa de divulgação, a fim de

evitar gastos desnecessários:

– A cada dia é preciso criar mecanismos para regulamentar o bom senso do parlamentar.

O deputado que mais usou a cota com publicidade foi o mineiro Toninho Pinheiro (PP), com R\$ 625,1 mil. ZH procurou o gabinete do parlamentar, que não comentou o gasto. Já o gaúcho de maior reembolso é Enio Bacci (PDT), com R\$ 386,39 mil – a bancada toda gastou R\$ 3.975.333,20. O deputado justifica a despesa com seu informativo mensal, com tiragem entre 50 mil e 100 mil exemplares, distribuído em todo o Estado. O boletim substitui a necessidade de manter escritório político.

– Economizei com escritório, que representava uma despesa de R\$ 10 mil mensais com aluguel. Mais da metade do meu gasto com o informativo, cerca de R\$ 18 mil mensais, vem da economia que eu faço por não ter escritório.

## TCU alerta para uso inadequado

O reembolso com divulgação é alvo de processo no Tribunal de Contas da União (TCU). Ao votar em acórdão de abril deste ano, o ministro relator Walton Alencar Rodrigues destaca a dificuldade para distinguir a divulgação do trabalho com atos de promoção pessoal do deputado, o que configuraria propaganda eleitoral paga com recursos públicos.

– Para que se evite o uso inadequado de verba indenizatória, é necessário deixar mais claros exemplos de despesas que podem ou não ser ressarcidas – orientou Rodrigues no voto.

Em agosto, a Câmara informou ao TCU não ter condições de acatar todas as recomendações em razão do volume de notas fiscais apresentadas – cerca de 12 mil por ano – e pela inexistência de corpo técnico para atender à demanda. A Casa estuda colocar em seu site as cópias eletrônicas de todas as notas fiscais.

rodrigo.saccioni@grupopbs.com.br  
guilherme.mazui@grupopbs.com.br

## EVOLUÇÃO

A Câmara, composta por 513 deputados, gastou R\$ 78.130.813,01 desde o começo da atual legislatura com divulgação do mandato dos parlamentares. Confira o gasto ano a ano

2011 ▶ R\$ 28.564.106,36 2012 ▶ R\$ 30.777.227,57 2013\* ▶ R\$ 18.789.479,08

\*Números até agosto de 2013

## COMPARAÇÕES

Com R\$ 78.130.813,01 seria possível



## TOP 5 BRASIL

Os deputados que mais gastaram desde 2011

TONINHO PINHEIRO (PP-MG)	R\$ 625.108,80	RAUL LIMA (PSD-RN)	R\$ 563.650,04
NILTON CAPIXABA (PTB-RJ)	R\$ 592.325,00	CÉSAR HALJUM (PSD-TO)	R\$ 518.200,00
JÚNIOR CÂMERA (PMDB-TO)	R\$ 577.988,92		

## BANCADA GAÚCHA

As despesas dos parlamentares do RS nesta legislatura

ENIO BACCI (PDT)	R\$ 386.390,00	DANRIEL DE DEUS (PSD)	R\$ 102.072,00
JOSÉ STÉPHLE (PSB)	R\$ 369.796,99	MANUELA D'AVILA (PC DO B) <sup>2</sup>	R\$ 99.240,21
RONALDO ZULKE (PT)	R\$ 296.849,51	VILSON COVATTI (PP)	R\$ 94.475,58
RONALDO NOGUEIRA (PTB)	R\$ 228.379,00	LUIZ NOÉ (PSB) <sup>3</sup>	R\$ 88.882,51
ALCEU MOREIRA (PMDB)	R\$ 185.332,57	MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB) <sup>4</sup>	R\$ 78.465,00
FERNANDO MARRONI (PT)	R\$ 185.113,00	MARCO MAIA (PT)	R\$ 57.044,00
ASSIS MELO (PC DO B)	R\$ 177.967,58	DARCÍSIO PERONDI (PMDB)	R\$ 48.575,07
ELISEU PADILHA (PMDB) <sup>5</sup>	R\$ 177.400,00	LUIS CARLOS HEINZE (PP)	R\$ 47.575,00
RENATO MULLING (PP)	R\$ 161.592,14	PEPE VARGAS (PT) <sup>6</sup>	R\$ 39.909,00
HENRIQUE FONTANA (PT)	R\$ 151.425,16	NELSON MARCHEZAN (PSDB)	R\$ 39.172,14
BOHN GASS (PT)	R\$ 151.270,48	VEIRA DA CUNHA (PDT)	R\$ 26.135,20
GIOVANI CHERINI (PDT)	R\$ 143.943,50	ONIX LORENZONI (DEM)	R\$ 24.855,00
AFONSO HAMM (PP)	R\$ 137.270,15	JERÔNIMO GOERGEN (PP)	R\$ 16.705,60
PAULO PIENITA (PT)	R\$ 109.721,00	VICENTE SELISTRE (PSB) <sup>7</sup>	R\$ 12.679,00
JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP)	R\$ 108.130,00	OSMAR TERRA (PMDB)	R\$ 8.113,70
DOMÍLIO MARCONI (PT)	R\$ 107.022,47	BETO ALBUQUERQUE (PSB) <sup>8</sup>	R\$ 7.154,64
ALEXANDRE ROGO (PSB)	R\$ 103.826,00	PAULO FERREIRA (PT) <sup>9</sup>	R\$ 2.850,00

TOTAL GERAL ▶ R\$ 3.975.333,20

<sup>1</sup> Suplente, Eliseu Padilha assumiu o mandato de 23 de agosto de 2011 a 20 de março de 2013. Retornou à Câmara em 12 de agosto deste ano.

<sup>2</sup> Manuela D'Avila se licenciou de 28 de junho a 2 de novembro de 2012 para concorrer à prefeitura de Porto Alegre.

<sup>3</sup> Suplente, Luiz Noé exerceu mandato de 4 de fevereiro de 2011 a 22 de novembro de 2012.

<sup>4</sup> Mendes Ribeiro Filho licenciou-se de 23 de agosto de 2011 a 20 de março de 2013 para assumir o Ministério da Agricultura. Trouxer licença saúde de 125 dias a partir de 8 de agosto de 2013.

<sup>5</sup> Peipe Vargas licenciou-se em 14 de março de 2012 para assumir o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

<sup>6</sup> Suplente, Vicente Selistre assumiu mandato de 3 de julho a 2 de novembro de 2012.

<sup>7</sup> Beto Albuquerque se licenciou para assumir a Secretaria de Infraestrutura do RS em 4 de fevereiro de 2011. Reassumiu o mandato em 22 de novembro de 2012.

<sup>8</sup> Suplente, Paulo Ferreira assumiu o mandato em 14 de março de 2012.

## Despesas propensas ao superfaturamento

Brasília

CAUE FONSECA

A rubrica em que os parlamentares mais gastam é também uma das mais propensas ao superfaturamento. Uma comparação entre as amostras do material impresso e as notas fiscais – documentação disponível para consulta de qualquer cidadão – mostra discrepâncias.

Um exemplo curioso aparece nas notas emitidas pela Marwic Artes Gráficas, de Nova Iguaçu (RJ). Embora seja a terceira empresa em que os parlamentares mais gastaram nesta

legislatura, ela atendeu a apenas dois deputados, Nelson Bornier (PMDB-RJ) e Felipe Bornier (PSD-RJ). Pai e filho, os Bornier pagaram R\$ 690 mil à Marwic desde 2011.

Nelson se elegeu prefeito de Nova Iguaçu no ano passado. Já Felipe segue na Câmara. Conforme mostram as notas fornecidas pela Marwic, Felipe paga entre R\$ 12 mil e R\$ 14 mil por mês. Em maio de 2012, a compra foi de 10 mil exemplares do "Jornal Felipe Bornier", uma simples folha impressa em frente e verso e dobrada ao meio. O conteúdo é a reprodução em texto de quatro discursos do deputado.

O custo de cada folha, portanto, foi de R\$ 1,20. ZH ligou para a Marwic e pediu orçamento de uma publicação idêntica: 10 mil cópias em papel offset em preto e branco. A resposta foi R\$ 950 – menos de R\$ 0,10 por cópia. Conforme a nota de R\$ 12 mil apresentada à Câmara, o parlamentar pagou um valor de 12 vezes superior. Foi reembolsado integralmente sem despertar suspeitas.

ZH entrou em contato com o gabinete de Felipe pedindo explicações e não obteve retorno.



caue.fonseca@grupopbs.com.br

Nota de gráfica exhibe valores altos

## Anexo F - R\$ 74,5 milhões em diárias em nove anos (27/11/2012)

4

ZERO HORA TERÇA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2012

## Reportagem Especial

Os gastos com diárias nos últimos nove anos de Força-tarefa

2004	5.790.427,62
2005	6.209.074,59
2006	6.423.466,75
2007	5.363.672,57
2008	5.200.565,84
2009	6.927.332,38
2010	12.072.771,57
2011	14.362.874,39
2012*	12.140.870,03

(\*) Até outubro.

TOTAL

**74.491.055,74**

ARTE SOBRE FOTO DANIEL MARENCO/BD



# BM NAS CADEIAS

## R\$ 74,5 milhões em diárias em nove anos

*Levantamento realizado por Zero Hora constata que o valor gasto pelo governo gaúcho nos últimos nove anos com o pagamento de soldados e oficiais lotados no Presídio Central e na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), onde atuam como carcereiros, seria suficiente para erguer seis cadeias.*

FRANCISCO AMORIM

**E**ra para ser temporária, durar apenas seis meses, mas a presença da Brigada Militar (BM) nos presídios se estende há 17 anos.

A força-tarefa que retira das ruas 595 PMs para vigiar presos custa ao Estado R\$ 1,2 milhão por mês apenas em diárias pagas aos soldados e oficiais transformados em carcereiros, o suficiente para pagar o salário de 500 agentes penitenciários.

Criada no governo Antônio Britto, a Operação Canarinho tinha como objetivo frear fugas em massa em presídios gaúchos. Naquele ano, 49 detentos haviam escapado do Presídio Central. Depois de ocupar as maiores casas prisionais, a força-tarefa foi reduzida ao Presídio Central e à Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), em Charqueadas. Mesmo assim, os gastos com diárias têm subido ano a ano. Conforme o site Transparência do governo do Estado, entre 2004 e 2011 o custo da operação aumentou 150,8%, chegando aos R\$ 14 milhões. O dinheiro sai da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe).

Para assegurar a presença dos PMs dentro das cadeias, a Secretaria da Segurança Pú-

blica (SSP) permite há mais de uma década uma prática que desafia a lógica da administração pública: o recebimento de diárias por meses e até anos a fio. Alguns oficiais chegam a receber, por conta das diárias, R\$ 30 mil a mais por ano – cifra suficiente para custear a contratação de um agente penitenciário. E parte desse contingente permanece na força-tarefa em Charqueadas ou Porto Alegre por mais de dois anos.

### Soldados continuam lotados no Interior

Uma das possibilidades nesses casos de permanência prolongada em uma cidade seria a transferência de batalhão. Não é o que acontece. Na prática, os dados do site Transparência indicam que PMs continuam lotados no Interior mesmo ocupando cargos-chave na administração do Presídio Central nos últimos três anos. Enquanto isso, PMs da Capital são transferidos para o Complexo de Charqueadas, onde também chegam a ficar até dois anos recebendo diárias.

As diárias tornaram-se uma espécie de gratificação para aos PMs dispostos abrir e fechar celas.

Os policiais permanecem ligados burocraticamente a batalhões do Interior, mas acabam se transferindo de mala e cuia para a Capital ou para Charqueadas. A prática está na mira do Ministério Público de Contas (MPC). Ao tornar permanente uma medida paliativa, os governos que sucederam Britto gastaram dezenas de milhões de reais na manutenção da operação. Só nos nove últimos anos foram empregados R\$ 74 milhões, valor suficiente para erguer seis presídios para 2,4 mil detentos.

– Você deixa de contratar e formar agentes penitenciários e tira PMs das ruas – critica Luiz Fernando Rocha, vice-presidente da Associação dos Agentes Penitenciários.

Conforme o superintendente da Susepe Gelson Treiesleben, a administração dos recursos repassados aos PMs é feita pela BM. Ele ressaltou, contudo, que a ideia é retomar o controle dos presídios em 2013:

– Queremos retomar esses presídios. Para isso temos de contratar mais pessoal. E tivemos o sinal verde da Casa Civil.

A previsão é de que 1,4 mil agentes sejam contratados via concurso público no próximo ano.

francisco.amorim@zerohora.com.br



## Uma solução emergencial dura 17 anos

Em 1995, o governo do Estado decide designar PMs para a segurança externa e o serviço de carceragem de detentos nos maiores presídios gaúchos. O objetivo era conter a criminalidade interna, frear os constantes motins nas casas prisionais e suprir a carência no efetivo de agentes penitenciários. Foram cerca de 600 PMs recrutados das mais diversas regiões, que assumiram o controle de cinco casas: Presídio Central, Hospital Penitenciário, Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc) e Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC).

### Desvio de função

Em quase duas décadas, avanços e recuos acerca da tropa nas prisões

**Julho de 1995** - É criada a Operação Canarinho, mais conhecida como força-tarefa da BM para administrar os cinco maiores estabelecimentos penais. Duraria apenas 180 dias.

**Outubro de 1998** - O governador eleito Olívio Dutra diz que a BM não pode ocupar as funções de agentes penitenciários e promete tirar a BM "de onde ela não deve estar".

**Janeiro de 1999** - Após ser eleito, o governador Olívio Dutra diz que a BM não pode ocupar as funções de agentes penitenciários e promete tirar a BM "de onde ela não deve estar". Mesmo assim, é prorrogada a permanência da força-tarefa nos presídios.

**Setembro de 1999** - A Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC) volta ao controle da Susepe.

**Setembro de 2000** - Governo anuncia retirada dos PMs dos presídios a partir de janeiro, mas apenas o comando da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc) foi retomada pela Susepe.

**Novembro de 2012** - Permanecem 595 brigadianos no Presídio Central e na PEJ.

## Pagamentos sob análise do MPC

O pagamento de diárias por longos períodos para PMs que exercem atividade fixa em presídios gaúchos está sendo analisado pelo Ministério Público de Contas (MPC).

A investigação do MPC foi provocada por uma representação encaminhada pela Associação de Oficiais da Brigada Militar, em que são relatadas supostas irregularidades na concessão de diárias.

- Há no mínimo uma questão de economicidade de se empregar PMs nessas funções a esse custo - explicou o procurador-geral do MPC, Geraldo da Camino.

Entre os fatos a serem apurados está o de que PMs lotados em Charqueadas são empregados na força-tarefa em Porto Alegre e vice-versa, contrariando a lógica de que poderiam atuar em presídios na cidade onde estão lotados. Segundo dados do site Transparência, do governo do Estado, só neste ano,

**GERALDO DA CAMINO**  
procurador-geral de contas do MPC

“

*Há no mínimo uma questão de economicidade de se empregar PMs nessas funções a esse custo. Estamos analisando a questão*

essa única movimentação de PMs custou R\$ 1,3 milhão ao Estado.

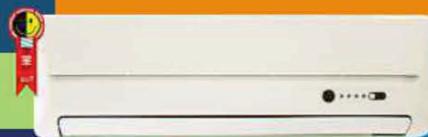
Além do uso de diárias como estratégia para gratificar PMs que aceitam atuar no interior das cadeias, o MPC deve apurar o impacto que essa estratégia causa à Segu-

rança Pública. Isso porque o número de brigadianos empregado na força-tarefa seria suficiente para policiar duas cidades de 300 mil habitantes.

A reportagem tentou contato com o secretário da Segurança Pública, Airtton Michels, mas não obteve sucesso. Michels tem afirmado que pretende restituir gradualmente à Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) as duas casas prisionais hoje sob controle da Brigada Militar. Soldados e oficiais voltariam para as cidades onde estão lotados.

Procurado por Zero Hora, o comandante-geral da Brigada Militar, coronel Sérgio de Abreu, preferiu não se manifestar. Por sua orientação, a reportagem tentou contato com o Comando de Operações Especiais (COE), que coordenada a Força-Tarefa, também sem êxito.

## Tudo o que você precisa em ar-condicionado está aqui.



Grandes marcas pelos melhores preços — e o maior estoque da região. Conquiste o seu conforto com a Frigelar. Desde 1966 junto a você.



**FRIGELAR**  
junto a você

Porto Alegre: 51 3314.8977  
Interior: 51 3304.8999  
Av. Pernambuco, 2285  
www.frigelar.com.br

Consul  
Electrolux  
SAMSUNG  
Carrier  
Panasonic  
FUJITSU  
Tudo em 10 vezes no cartão

## Anexo G - Uso de celulares não tinha freios (3/10/2013)

8

Política

ZERO HORA QUINTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2013

politica@zerohora.com.br (51) 3218-4395

Editora: Dione Kuhn dione.kuhn@zerohora.com.br @dionekuhn

Editor Assistente: Leandro Fontoura leandro.fontoura@zerohora.com.br

## LUPA NA PROCEMPA

## Uso de celulares não tinha freios

Companhia, que é alvo de investigações, pagou linhas telefônicas e planos de internet de forma indiscriminada por oito anos

ADRIANA IRION

Nos últimos oito anos, a Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa) pagou celulares e planos de internet indiscriminadamente.

Não só para funcionários da empresa, mas também de secretarias e do gabinete do prefeito.

Nesse período, a quantidade de linhas em uso saltou de cerca de 60 para 161, tendo na lista de beneficiários desde o prefeito José Fortunati (PDT), a primeira-dama Regina Becker e o vice-prefeito Sebastião Melo (PMDB) até conselheiros, empregados terceirizados e estagiários.

Zero Hora teve acesso a parte dos dados por meio da Lei de Acesso à Informação. De janeiro de 2012 a setembro deste ano, a companhia desembolsou R\$ 385,8 mil com esse tipo de benefício. Até junho, não havia sequer controle sobre o ressarcimento de valores para quem gastou mais do que o limite definido em ordem de serviço do Executivo, cujo maior valor é de R\$ 300. O cuidado com telefonia faz parte de uma série de medidas adotadas depois de constatadas fraudes e desvio de recursos na empresa de tecnologia.

Havia o fornecimento de telefones sem regramento e sem controle. Bastava pedir. Não havia regra sobre quem poderia usar – atesta o atual gerente de logística, Omar Ferri Junior.

O descontrole permitiu o uso dos equipamentos até por ex-funcionários. O saldo da má gestão é engordado pela impossibilidade, em alguns casos, de identificar o real usuário dos serviços, já que havia a prática de linhas registradas em nome de uma pessoa serem repassadas a terceiros.

Em meu nome, aparece mais de uma linha. Eu usava uma. Tive linha em meu nome para uso de secretários, por exemplo – diz a ex-diretora administrativa da companhia, Giórgia Pires Ferreira (ex-PTB), investigada por suspeitas de irregularidades.

Nas listas de usuários que ZH conferiu, desde 2006, estiveram registrados, por exemplo, os então secretários Maurício Dziedricki (Obras e Viação), Flavio Dutra (Comunicação) e Giuliano Santos Thaddeu (Comunicação). Desde 2010, o também conselheiro e dirigente do PTB Claudio Manfroï fez uso de linha da companhia. Manfroï, igualmente investigado por supostas irregularidades, já perdeu o benefício.

Determinamos que seja apurado se houve mau uso. Se houve, pode ser pedido ressarcimento – afirma Sebastião Melo, prefeito em exercício.

## DESPESAS COM TELEFONIA MÓVEL

## O PROBLEMA



Sob o comando do PTB, nas gestões de José Fogaça (PMDB) e José Fortunati (PDT), a Procempa bancou celulares e pacotes de dados sem controle.

## O DESEQUILÍBRIO



A empresa chegou a sustentar **161 linhas** ao mesmo tempo. Havia um teto de gastos definido, mas isso nunca foi controlado.

## ALGUNS USUÁRIOS



- Dirigentes da empresa ligados ao PTB
- Secretários municipais
- Servidores do gabinete do prefeito
- O prefeito, a primeira-dama e o vice-prefeito

## AS DESPESAS



No ano passado, a Procempa gastou R\$ 232,4 mil em telefonia. Nos primeiros nove meses de 2013, a empresa obteve redução de 26,92% no custo.

OS GASTOS

Total até setembro

**2012****R\$ 174.793,37****2013****R\$ 127.730,93**

## CONTRAPONTO

**O que diz Sebastião Melo, prefeito em exercício, que falou em nome de Fortunati e Regina Becker, ambos em viagem ao Exterior**

"A Procempa tem problemas e fomos os primeiros a apurar. Me informaram que quase 80 telefones foram recolhidos. Quando cheguei na prefeitura, me deram dois celulares. Só um tempo depois descobri que um deles era da Procempa. Entendemos que o dinheiro é o mesmo, seja do gabinete da prefeitura, seja da Procempa. Não vai se gastar mais ou menos por ser da Procempa. Não pode haver abuso. Telefone é um instrumento indispensável para o trabalho do prefeito, do vice-prefeito e da primeira-dama."

**O que diz José Mauro dos Santos Peixoto, chefe do gabinete executivo do prefeito**

"Uso o celular pelo gabinete. Em função de tudo que está acontecendo na Procempa, isso vai ser trocado. A prefeitura está fazendo nova licitação, e vamos fazer portabilidade para não perder o número. Se estava errado, vamos mudar."

**O que diz Flavio Dutra, secretário municipal de Comunicação**

"Isso ocorria porque nós, da comunicação, prestávamos algum tipo de serviço para a Procempa. De certa forma, administramos a verba de comunicação da Procempa. Prestávamos serviços. Posso falar pela área da comunicação."

**O que diz Maurício Dziedricki (PTB), à época na Smov**

"A Procempa prestou serviços por meio de um convênio que previa fornecimento de equipamentos de informática (celulares, notebooks, placas vivo zap). O trabalho resultou na criação da central de buracos, no serviço da van tapa-buracos e em sistema de iluminação pública."

**Por meio da assessoria da bancada do PTB, Claudio Manfroï informou já ter devolvido o celular da Procempa. João Armando Valér, advogado de André Imar Kulczynski (PTB), disse que prefere não se manifestar no momento.**

## Revisão começou em junho

A Procempa começou a rever o benefício para uso de celulares e planos de internet a partir de junho, com cortes de linhas. Conforme o gerente de logística, Omar Ferri Junior, houve dificuldade para catalogar usuários. Em alguns casos, linhas foram bloqueadas sem que fosse possível descobrir quem as utilizava.

Por determinação da presidência, foi suspenso o benefício para pessoas de fora da Procempa. Só têm autorização para uso de linha telefônica e de dados o prefeito, o vice, a primeira-dama e integrantes do conselho de administração da Procempa.

Dois canais estão disponíveis para o Gabinete Digital da prefeitura. Além desses, o chefe do gabinete executivo do prefeito, José Mauro dos Santos Peixoto, segue com o benefício, mas a companhia quer reverter a situação.

O gerente de logística disse que o prefeito tem um celular adquirido pela empresa (mas com a conta paga pela prefeitura) e um plano de dados custeado pela Procempa:

– Quanto ao prefeito, ao vice e à primeira-dama, entendemos que são os gestores máximos da cidade, precisam dispor da melhor tecnologia e sem a necessidade de ressarcir gastos.

## LISTA DE PROBLEMAS

- Desde 24 de maio, Zero Hora vem publicando reportagens apontando suspeitas de irregularidades na Procempa. Entre elas, está o aumento nas despesas com implantes dentários e aparelhos ortodônticos. O custo saltou de R\$ 657 mil, em 2010, para R\$ 1,4 milhão em 2011.
- Também há indícios de que a compa-

nhia se tornou uma "central de eventos", custeando atividades de outros órgãos municipais.

- A Procempa é alvo de investigação do Ministério Público, Ministério Público de Contas, Polícia Civil e auditoria do Tribunal de Contas do Estado. Na Câmara de Vereadores, as suspeitas são apuradas por meio de uma CPI.



## Anexo H - Qual é o custo de meio milhão? (24/6/2012)

10

ZERO HORA SEGUNDA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2012

Página 10

CARLOS ROLLSING (INTERINO)  
carlos.rollsing@zerohora.com.br

## Qual é o custo de meio milhão?

**A** Lei de Acesso à Informação oportunizou que ZH obtivesse o balanço financeiro da comitiva do Palácio Piratini, liderada pelo governador Tarso Genro, que permaneceu por 10 dias em roteiro na Europa, em maio passado.

Um grupo de 31 pessoas do governo gaúcho, que cumpriu agendas em Portugal, Espanha e Inglaterra, gerou despesas de R\$ 498 mil em passagens aéreas, hospedagem, alimentação e outros itens, como o aluguel de veículos. O ponto central de questionamento não é o gasto de meio milhão, mas os benefícios que esse investimento gerou. E, até agora, as vantagens obtidas pela comitiva de Tarso na Europa são parcas, imperceptíveis. É difícil imaginar que alguém se atreva a lançar críticas sobre a viagem do governador à Coreia do Sul,

em 2011. Ele voltou da Ásia com diversos acordos selados, o principal deles com a Hyundai Elevadores, que hoje está instalando uma de suas unidades em São Leopoldo. A viagem foi produtiva. Justificou os gastos. Mas isso não ocorreu, até então, em relação aos compromissos na Europa.

A bagagem voltou vazia. De concreto, apenas promessas de que os países visitados enviarão comitivas ao Estado. Afundado na crise econômica, o Velho Continente fechou a torneira dos investimentos. No badalado seminário "Fazendo negócios com o Rio Grande do Sul", a intenção era encontrar parceiros britânicos que realizassem seis grandes obras, que, depois, poderiam ser comercialmente exploradas por eles por meio das concessões. O secretário de

Infraestrutura, Beto Albuquerque, apresentou as possibilidades de negócios, mas o evento foi pouco prestigiado.

Em Portugal e na Espanha, as agendas também se revelaram limitadas. Em terra lusitana, debates com intelectuais e uma reunião protocolar com a direção da TAP. Na Espanha, Tarso resgatou a sua veia rebelde, aflorada à época em que ele liderava os quadros do Partido Revolucionário Comunista (PRC), no início da década de 80, ao se reunir por duas horas com os militantes do movimento 15M, integrado por "indignados" que protestam pela qualificação do sistema democrático.

Que nas próximas missões o Palácio Piratini se inspire mais na própria experiência obtida na Coreia do Sul.